

SUMÁRIO

1. O REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E OS SEUS PRINCÍPIOS ORIENTADORES	21
1.1 O regime jurídico administrativo e o desempenho da função administrativa.....	21
1.2 Os princípios administrativos	23
1.2.1 Os princípios administrativos implícitos.....	24
1.2.1.1 O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular (e os poderes administrativos).....	24
1.2.1.2 O princípio da indisponibilidade do interesse público (e os bens públicos)	29
1.2.2 Os princípios administrativos explícitos	31
1.2.2.1 O princípio da legalidade	31
1.2.2.2 O princípio da impessoalidade (ou da finalidade).....	35
1.2.2.3 O princípio da moralidade.....	38
1.2.2.4 O princípio da publicidade (e a eficácia dos atos administrativos).....	39
1.2.2.5 O princípio da eficiência (e o Estado Gerencial) ..	42
2. O ATO ADMINISTRATIVO	45
2.1 O conceito de ato administrativo	45
2.2 Os requisitos (ou elementos) do ato administrativo	46
2.2.1 A competência (ou sujeito)	46
2.2.2 A finalidade.....	48
2.2.3 A forma.....	50

2.2.4 O motivo (e a motivação).....	51
2.2.5 O objeto (conteúdo ou consequência).....	53
2.3 Os atributos dos atos administrativos.....	53
2.3.1 A presunção de legalidade ou de legitimidade.....	54
2.3.2 A imperatividade (o poder extroverso).....	55
2.3.3 A auto-executoriedade.....	55
2.4 A classificação dos atos administrativos.....	57
2.4.1 Quanto aos seus destinatários.....	57
2.4.1.1 Os atos administrativos gerais.....	57
2.4.1.2 Os atos administrativos individuais.....	57
2.4.2 Quanto ao alcance.....	57
2.4.2.1 Os atos administrativos internos.....	57
2.4.2.2 Os atos administrativos externos.....	58
2.4.3 Quanto ao objeto.....	58
2.4.3.1 Os atos administrativos de império.....	58
2.4.3.2 Os atos administrativos de gestão.....	59
2.4.4 Quanto ao grau de liberdade conferido ao administrador..	59
2.4.4.1 Os atos administrativos vinculados.....	59
2.4.4.2 Os atos administrativos discricionários.....	60
2.4.5 Quanto à formação do ato.....	61
2.4.5.1 Os atos administrativos simples.....	61
2.4.5.2 Os atos administrativos compostos.....	62
2.4.5.3 Os atos administrativos complexos.....	62
2.4.6 Quanto à sua eficácia.....	63
2.4.6.1 Os atos administrativos válidos.....	63
2.4.6.2 Os atos administrativos nulos.....	63
2.4.6.3 Os atos administrativos inexistentes.....	63
2.5 As espécies de atos administrativos.....	64
2.5.1 Os atos administrativos normativos.....	64
2.5.2 Os atos administrativos ordinários.....	64
2.5.3 Os atos administrativos punitivos.....	64
2.5.4 Os atos administrativos negociais.....	65
2.5.5 Os atos administrativos enunciativos.....	65

2.6	Formas de extinção ou de invalidação dos atos administrativos	66
2.6.1	A anulação de ato administrativo	66
2.6.2	A revogação de ato administrativo.....	70
2.6.3	A decretação de caducidade de ato administrativo	72
2.6.4	A cassação de ato administrativo	74
3.	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA	75
3.1	Noções preliminares.....	75
3.2	A administração pública direta.....	76
3.2.1	As principais funções desempenhadas no âmbito da Administração Direta (o serviço público e o poder de polícia)....	78
3.2.2	A classificação dos órgãos públicos.....	80
3.2.2.1	Os órgãos públicos independentes	80
3.2.2.2	Os órgãos públicos autônomos.....	81
3.2.2.3	Os órgãos públicos superiores.....	81
3.3	A administração pública indireta.....	81
3.3.1	As autarquias.....	84
3.3.1.1	As agências reguladoras (autarquias em regime especial)	87
3.3.2	As fundações públicas e privadas mantidas pelo Poder Público.....	90
3.3.3	Os consórcios públicos de Direito Público (as associações públicas).....	92
3.3.4	As empresas públicas e as sociedades de economia mista ..	96
3.3.4.1	Os pontos de diferenciação entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista ...	98
3.3.4.2	A prestação de serviço público e o exercício de atividade econômica.....	101
3.3.5	As paraestatais (entidades em regime de colaboração com o Poder Público).....	107
3.3.5.1	Os serviços sociais autônomos.....	107
3.3.5.2	As organizações sociais (Lei 9.637/1998).....	108
3.3.5.3	As organizações da sociedade civil de interesse público (Lei 9.790/1999)	109
4.	OS SERVIÇOS PÚBLICOS	111
4.1	O conceito de serviço público	111

4.2	Os princípios orientadores da prestação de serviço público...	114
4.2.1	O princípio da continuidade.....	114
4.2.2	O princípio da modicidade das tarifas.....	116
4.3	O processo de delegação por contratos de concessão ou de permissão	118
4.4	As formas de extinção da concessão e da permissão	121
4.4.1	O advento do termo contratual.....	121
4.4.2	A encampação.....	122
4.4.3	A decretação de caducidade do contrato administrativo	122
4.4.4	A rescisão judicial ou amigável.....	123
4.4.5	A anulação do contrato administrativo.....	124
4.4.6	A falência ou a extinção da concessionária	125
4.5	A licitação e a contratação de parceria público-privada (Lei 11.079/2004)	125
4.5.1	As disposições preliminares	125
4.5.2	Os contratos de parceria público-privada	126
5.	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	129
5.1	A responsabilidade civil do estado no direito brasileiro (CF, art. 37, § 6.º).....	129
5.2	As causas excludentes da responsabilidade do estado	132
5.3	A ação regressiva	135
6.	OS AGENTES PÚBLICOS	137
6.1	Os agentes políticos	137
6.2	Os servidores públicos temporários	138
6.3	Os servidores públicos celetistas (empregados públicos).....	139
6.4	Os servidores públicos estatutários (Lei 8.112/1990).....	141
6.4.1	A investidura em cargo público ou em cargo em comissão.....	144
6.4.2	As formas de provimento de cargo público efetivo ou em comissão.....	148
6.4.2.1	A nomeação para cargo público efetivo ou em comissão.....	149
6.4.2.2	A promoção e a readaptação de servidor ocupante de cargo efetivo	157

6.4.2.3	A reversão do servidor aposentado por invalidez ou voluntariamente	158
6.4.2.4	A reintegração do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado	159
6.4.2.5	A recondução do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado	162
6.4.2.6	O aproveitamento em outro cargo	163
6.4.3	As formas de vacância de cargo público efetivo ou em comissão.....	164
6.4.3.1	A exoneração dos ocupantes de cargo efetivo ou em comissão.....	165
6.4.3.2	A demissão por meio de processo judicial ou administrativo	167
6.4.3.3	A promoção e a readaptação.....	169
6.4.3.4	A aposentadoria e o falecimento.....	170
6.4.3.5	A posse em outro cargo inacumulável	172
6.4.4	O vencimento e a remuneração.....	173
6.4.4.1	As vantagens.....	178
6.4.5	As licenças	187
6.4.5.1	A licença por motivo de doença em pessoa da família	187
6.4.5.2	A licença por motivo de afastamento do cônjuge ...	189
6.4.5.3	A licença para serviço militar	190
6.4.5.4	A licença para atividade política.....	191
6.4.5.5	A licença para capacitação	192
6.4.5.6	A licença para tratamento de interesse particular.....	192
6.4.5.7	A licença para desempenho de mandato classista	194
6.4.5.8	A licença para tratamento de saúde e acidente em serviço.....	194
6.4.6	Os afastamentos	195
6.4.6.1	O afastamento para exercício de cargo em comissão ou em função de confiança e no desempenho de mandato eletivo	195
6.4.6.2	O afastamento para estudo ou missão no exterior	197

6.4.6.3	O afastamento para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no país.....	198
6.4.7	O regime disciplinar (deveres, proibições e penalidades)...	199
7.	AS LICITAÇÕES E OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	213
7.1	O conceito, o objeto e os princípios que orientam os processos licitatórios (e a Lei Complementar 123/2006).....	213
7.2	As modalidades, as dispensas e as inexigibilidades de licitação.....	219
7.2.1	A concorrência (Lei 8.666/1993, art. 22, I e § 1.º).....	221
7.2.2	A tomada de preços (Lei 8.666/1993, art. 22, II e § 2.º)..	225
7.2.3	O convite (Lei 8.666/1993, art. 22, III e § 3.º).....	227
7.2.4	O concurso (Lei 8.666/1993, art. 22, IV e § 4.º).....	229
7.2.5	O leilão (Lei 8.666/1993, art. 22, V e § 5.º).....	232
7.2.6	O pregão (Lei 10.520/2002).....	233
7.3	As situações de dispensa de licitação.....	237
7.4	As hipóteses de inexigibilidade.....	243
7.5	Os contratos administrativos.....	245
7.5.1	As disposições preliminares.....	245
7.5.2	As cláusulas exorbitantes.....	246
7.5.3	A formalização e a execução dos contratos.....	251
7.5.4	A inexecução e a rescisão dos contratos administrativos...	253
8.	O CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA... 257	257
8.1	O sistema de controle interno (e o princípio da autotutela) ...	257
8.2	O sistema de controle externo.....	259
8.2.1	O controle realizado pelo Poder Legislativo.....	260
8.2.2	O controle realizado pelo Tribunal de Contas.....	263
8.2.3	O controle realizado pelo Poder Judiciário.....	265
8.2.3.1	As ações constitucionais como instrumento de controle das ações e das omissões do Estado....	266
8.2.3.2	O sistema de controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos.....	272
9.	A DESAPROPRIAÇÃO.....	281
9.1	A distribuição das competências na desapropriação.....	282

9.1.1 A competência para legislar (a adoção da técnica horizontal).....	282
9.1.2 A competência para identificar a área desapropriada (a declaração).....	284
9.1.3 A competência para realizar a desapropriação (a execução)	284
9.2 As espécies de desapropriação.....	285
9.2.1 As desapropriações ordinárias.....	285
9.2.2 As desapropriações extraordinárias.....	286
9.2.2.1 O instrumento de reforma urbana.....	286
9.2.2.2 O instrumento de reforma agrária.....	288
9.2.3 A desapropriação confisco.....	290
9.2.4 A desapropriação indireta.....	291
9.3 O procedimento expropriatório.....	292
9.3.1 A fase administrativa.....	292
9.3.2 A fase executória.....	292
BIBLIOGRAFIA.....	297